

# O PROJETO CASTILHISTA PARA O ENSINO DA LEITURA E ESCRITA NO RIO GRANDE DO SUL (1889/1930)

THE CASTILHISTA PROJECT FOR THE TEACHING OF READING AND WRITING  
IN RIO GRANDE DO SUL (1889–1930)

**Elomar Tambara**

Universidade Federal de Pelotas  
elomar@pq.cnpq.br

**Eduardo Arriada**

Universidade Federal de Pelotas  
earriada@me.com

## RESUMO

Este trabalho analisa a gênese e consolidação de um modelo de ensino subordinado ao positivismo que se tornou dominante no Rio Grande do Sul a partir da instauração do sistema republicano.

De modo especial, isto ocorreu pelo domínio da produção e distribuição de cartilhas e livros escolares. O intuito principal foi o de desvencilhar-se da hegemonia exercida pela metrópole que sob certa medida monopolizava o mercado editorial, além de buscar superar uma visão de mundo estruturada na cosmovisão religiosa.

Assim, ocorreu a “paroquialização” da produção com autores como Hilário Ribeiro, Ferreira Gomes, Parobé, Olga Acauan entre outros, assumindo o protagonismo do processo de constituição de uma rede de aquisição e distribuição dos livros didáticos, particularmente aqueles para as séries iniciais do ensino de primeiras letras.

**Palavras-chave:** Castilhismo, livros de leitura, cartilhas, conselho da instrução pública

## ABSTRACT

This study analyzes the genesis and consolidation of a teaching model subordinated to positivism, which became hegemonic in Rio Grande do Sul after the establishment of the republican system.

In particular, this occurred, to a certain extent, through the control of the production and distribution of primers and schoolbooks. The main purpose was to break away from the hegemony exercised by the metropolis, which to some degree monopolized the publishing market, as well as to overcome a worldview structured by religious cosmology.

Thus, a kind of “parochialization” of production took place, with authors such as Hilário Ribeiro, Ferreira Gomes, Parobé, Olga Acauan, among others, taking on a leading role in the process of building a network for the acquisition and distribution of textbooks, especially those intended for the early grades of elementary education.

**Keywords:** Castilhismo, Reading Books, Primers, Public Instruction Council

## Introdução

Em momentos singulares da história social observa-se a formação de específicas conformações sociais relativamente monolíticas que se caracterizam pela assimilação de normas sociais que se apresentam relativamente coesas e, portanto, com potencialidades de determinar hábitos, comportamentos, atitudes etc. E, ao mesmo tempo com capacidade de reprimir crenças, normas e valores desviantes.

Esta investigação tem como objetivo estudar o processo de constituição de uma determinada “rede de sociabilidade” formada a partir da assunção de conceitos e categorias oriundas do paradigma positivista em sua versão “castilhistas” constituindo tipicamente uma “sociedade política” em sua atuação relacionada com a construção de um sistema de ensino a ela subordinado. Além de buscar salientar quais intelectuais nos anos iniciais da República Brasileira consolidou-se como hegemônica constituindo um bloco histórico importante na história Sul Rio-Grandense e, mesmo brasileira, como veremos. Como evidencia-se o substrato teórico epistemológico alicerça-se a priori em uma base gramsciana mas que vai abeberar-se também em outros paradigmas fronteiriços, em termos analíticos com esta perspectiva.

Historicamente, prioritariamente na área de ciências sociais e humanas, muitos intelectuais têm se dedicado a estudar a natureza deste fenômeno. Embora não seja o objetivo deste texto é importante ter presente conceitos e categorias utilizados por autores importantes da área.

Com uma posição tipicamente weberiana Bourdieu (2005, 2009), abarca este fenômeno baseado em categorias como Habitus, Campo, Violência Simbólica, entre outras, no qual ocorre uma imposição de normas, comportamentos e atitudes controladas por estamentos sociais dominantes que definem disposições comportamentais específicas de seus membros. E que criam mecanismos de controles sociais para casos desviantes muito semelhante às análises de Durkheim (2006) sobre “anomia social”.

Particularmente o domínio de recursos do capital social e do capital simbólico implicam comportamentos e atitudes que conferem um tratamento diferenciado na arena social. Isto decorre tanto de habitus socialmente herdados como e principalmente dos adquiridos. Há então um repertório de manifestações exteriorizadas que identificam a pertença de um indivíduo a determinado campo social.

Com um viés estruturalista cuja célula mater é a categoria classe social, muitos autores como Poulantzas (1977), Althusser (1970), Gramsci, (1991, 1995) entre outros, privilegiam práticas decorrentes da formação socioeconômica da sociedade compondo aparelhos ideológicos do estado por vezes reconhecidos como instituições operando de maneira soberana descolando-se da base real da sociedade. E neste sentido atuam de forma autônoma em termos de produção e reprodução de comportamentos.

O que nos permite compreender que a apreensão do processo da leitura e da escrita, estava intimamente vinculado as relações da infraestrutura e da superestrutura. Diversas personalidades que atuavam na área da educação atuando como “intelectuais orgânicos”, estavam nas esferas político-administrativas, ocupando cargos chaves, como a Secretaria da Instrução Pública, ou como membros do Conselho Escolar. Dali, opinavam, selecionavam e aprovavam textos escolares de acordo com os seus interesses.

Uma dessas personalidades foi Fernando Ferreira Gomes, periodista, educador e escritor de livros escolares, era um dos mais severos críticos em relação as obras de Abílio Borges.

O essencial é que a mocidade rio-grandense, a geração do futuro não seja educada nas decrépitas tradições do antiquado teologismo romano, que, acompanhando o ponto de vista do Syllabus, condena o progresso, proscreve o pensamento livre, anatematiza a pesquisa. O Rio Grande do Sul não está neste caso: Terra Livre que rompeu com as nefastas tradições do passado em economia e política, não pode continuar a educar os seus filhos pelo sistema do Dr. Abílio (Ensino Methodico, 1882, p. 02).

De qualquer forma o que se observa é que em períodos históricos determinados há um conjunto de crenças, sentimentos e compreensões da realidade que formam um amálgama de ideias e que, por vezes, assumem um comportamento reificado e, portanto, autônomo e descolado da consciência individual padrão. Que em decorrência acaba subordinando-se ou pelo menos tendo dificuldade de se opor às estruturas de poder hegemônicas.

## **Política, educação, ideologia: impondo uma nova ordem social**

No Rio Grande do Sul a instituição de uma primeira amálgama de ideias mais significativo ocorreu em 1868, com a constituição do “Partenon Literário”<sup>1</sup> do qual fizeram parte praticamente toda a intelectualidade sul rio-grandense. Este sodalício, embora bastante heterogêneo em sua composição ideológica, nitidamente apresentou em sua evolução uma hegemonia de caráter republicano.

Note que neste período, como de certa forma em todo o Brasil, no Rio Grande do Sul a disputa política, ocorria entre o partido liberal e o conservador, mas que no caso gaúcho por vezes esta disputa era matizada por componentes particulares decorrentes da peculiar formação social da província. Esta singularidade acentua-se a partir de meados do século XIX com o incremento da importância da “economia colonial” que começa a rivalizar econômica e politicamente com o sistema agropastoril até então hegemônico.

Paralelo ao Partenon Literário soma-se a atuação do Clube 20 de Setembro, instituição criada e instalada em São Paulo e que congregava, de modo especial, estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Como ilustração da importância desta organização na relação entre positivismo e educação no Rio Grande do Sul destaca-se a figura do professor Manoel Pacheco Prates que teve importante atuação neste “Club”, quando de sua formação acadêmica em São Paulo, e que exerceu de 1894 a 1911 a função de Inspetor Geral de Instrução Pública do Rio Grande do Sul.

Esta organização pode ser considerada a célula inicial de constituição de uma cosmovisão positivista no Rio Grande do Sul. Com a criação do Partido Republicano Rio-grandense em 1882, membros dessa associação paulatinamente apropriaram-se deste aparelho político/partidário de modo que com a Proclamação da República trataram de apoderar-se do aparelho de governo a despeito das posições liberais e conservadoras dos partidos do período monárquico.

Como é bastante estudado os primeiros anos da República apresentou uma extraordinária instabilidade política no Rio Grande do Sul com uma série de governadores empossados em poucos anos, mas que vai consolidar a ascensão da ideologia positivista a partir da vitória dos adeptos de Júlio de Castilhos por ocasião da “Revolução de 1893”, ocasião pela qual os simpatizantes de Gaspar Silveira Martins, que havia feito parte do Gabinete Sinimbu, obrigaram-se, em sua maioria procurar exílio no Uruguai abrindo espaço para a instalação da ditadura republicana de cunho positivista e que foi plasmada por ocasião da elaboração da constituição Rio-Grandense em 1892.

1 Para uma melhor compreensão da importância desta instituição leia-se: Silveira (2016).

De modo que por ocasião da Proclamação da República materializa-se um “núcleo duro” tanto em termos de intelectualidade como administrativo. Esse grupo ocupou os aparelhos ideológicos de forma acachapante utilizando-se tanto de violência simbólica como da violência político-policia caracterizando um processo de erosão no domínio do coronelismo tradicional (que embora ainda tivesse importância) substituindo este mecanismo pelo que se caracterizou como domínio do delegado de polícia como evidenciado no clássico estudo do brasilianista Joseph Love: “O Regionalismo Gaúcho”.

Este processo demandou a formação de um arcabouço ideológico superestrutural bastante hábil no sentido de socializar para os “leigos” qual era o comportamento aceito pelos novos detentores do poder político.

O controle, sob o aspecto ideológico, era efetuado mais especificadamente pelo Núcleo da Capela Positivista<sup>2</sup>, pela redação do jornal A Federação<sup>3</sup> e por um seleto grupo de membros do Partido Republicano Rio-Grandense.

Cristalizou-se o que se denomina na historiografia como “positivismo difuso” que permitiu um forte controle sobre todas as áreas e que abrigava a interdição de qualquer interpretação que não viesse à estrutura política dominante. Evidentemente, que tal situação ensejou uma série de resistências e dissidências nas hostes “castilhistas”, mas que ao fim e ao cabo, apesar de duas revoluções bastante sangrentas (1893 e 1923), não foram suficientes para erodir o domínio do PRR.

Destas dissidências destacamos as de Joaquim Francisco de Assis Brasil e de Demétrio Nunes Ribeiro, a deste último muito significativa em relação a temática que nos diz respeito neste trabalho pois ocupou a pasta relacionada à educação e o ensino no primeiro governo republicano em nível nacional e no qual procurou implementar uma pauta cara aos positivistas - o ensino livre. Esta política obteve sucesso por ocasião da passagem do deputado pelo Partido Republicano Rio-grandense Rivadávia Correa no Governo federal em 1910, o qual quando empossado no Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, conseguiu implantar em todo o Brasil o “ensino livre” pela conhecida “Reforma Rivadávia Correa” em 1911.

A partir de meados do século XIX, no Brasil, concretizou-se um projeto doutrinário-ideológico que inquestionavelmente constituiu-se em substrato tanto para a consolidação do modo de produção capitalista como para a legitimação do projeto republicano emergente: o Positivismo. Este arcabouço teórico não tinha a perspectiva apenas de sustentar epistemologicamente uma específica organização racional da sociedade mas, possuía constitutivamente a intenção de materializá-la.

É preciso ter muito presente, que no Brasil, a ideia de República que estava sendo pregada pelos positivistas, particularmente, pelo núcleo mais ortodoxo em termos doutrinários apresentavam particularidades bastante definidas e que foram sintetizadas por Juan Lagarrigue: “Este governo deve ser: 1º Republicano e não monárquico; 2º Ditatorial e não parlamentar; 3º Temporal e não espiritual.” (Lagarrigue, 1957, p. 20-1).

Mas, o que é interessante é que a ideologia que vai tomando corpo ao final do império, apesar de incorporar muitos aspectos do iluminismo e especialmente das ideias representativas do modernismo patentado, por exemplo, pela defesa do republicanismo como sistema político, pela repulsa ao modelo produtivo baseado na escravidão, pela separação entre Igreja e Estado, em muitas áreas,

<sup>2</sup> Os positivistas gaúchos de caráter mais ortodoxo, adeptos das diretrizes do Apostolado Brasileiro seguiam uma tendência de um apostolado mais religioso, e de certa forma mais radical. Isto pode ser apreendido em CARVALHO, João Simplicio Alves de, FELIZARDO JÚNIOR, Joaquim José & SANTOS, João Luís Faria. Carta-circular dirigida a todos os republicanos rio-grandenses - 24/02/1900. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1900.

<sup>3</sup> Este periódico fundado em 1884 para atuar como órgão oficial do partido circulou por toda República Velha seguindo à risca a orientação ideológica positivista traçada por Júlio de Castilhos, Antão de Faria e Assis Brasil. Operava, com vigor, na defesa destes ideais e na disciplina ideológico-partidária em relação a casos considerados desviantes de membros do Partido Republicano Rio-Grandense.

no Brasil, vai assumir um posicionamento bastante controverso como são por exemplo sua atuação na área do ensino e na presença da mulher na esfera pública que, sem dúvida, não vai balizar um comportamento consentâneo com as posições progressistas daquele momento histórico.

De modo que, quando todas as condições objetivas pareciam indicar que o estado detinha todos os elementos para se tornar o principal protagonista na constituição de um sistema de ensino público de cunho universal sob seu domínio, o que ocorreu foi justamente o contrário.

Como bem aponta Saviani (2007), não foi somente a ideologia positivista que agiu em termos de alijar o Estado do papel de mantenedor do sistema educacional brasileiro, também o liberal, o que de certa forma nos autoriza a supor que há algo mais concreto por detrás destas manifestações ideológicas e tem origem no peculiar sistema econômico em vigência no período imperial.

No entanto, a mentalidade cientificista de orientação positivista, declarando-se adepta da completa 'desoficialização' do ensino, acabou por converter-se em mais um obstáculo à realização da ideia de sistema nacional de ensino. Na mesma direção comportou-se a mentalidade liberal que, em nome do princípio de que o Estado não tem doutrina, chegava a advogar o seu afastamento do âmbito educativo (Saviani, 2007, p. 168).

Mas os positivistas, por posicionamentos arraigados contra o ensino obrigatório, acabam por adotar um comportamento extremamente conservador no sentido de inibir qualquer ação governamental que significasse a possibilidade de interferência nas decisões familiares em relação à instrução.

Alberto Sales, um dos principais ideólogos do positivismo no Brasil, caracteriza bem o posicionamento doutrinário desta visão de mundo quanto à interferência do estado em relação à educação quando em seu livro *Catecismo Republicano* afirma:

A ciência deve permanecer sempre na mais completa independência, girando constantemente em uma esfera distinta da atividade religiosa ou política, e nunca subordinada à influência exclusiva de qualquer outra esfera da atividade social. A liberdade de ensino deve ser o corolário da liberdade de aprender (Sales, 1885, p. 131).

De certa forma, a ortodoxia positivista tomou forma no Rio Grande do Sul com a ascensão do Partido Republicano Rio-Grandense ao poder sob a batuta de Júlio de Castilhos.

O Programa do Partido Republicano prescrevia no capítulo: “Temporal e não espiritual”:

- d) Liberdade de ensino pela suspensão do ensino oficial superior e secundário;
- e) Liberdade de profissões, pela supressão dos privilégios escolásticos e acadêmicos;
- f) Liberdade, laicidade e gratuidade de ensino primário.

Em termos de educação preponderava a máxima positivista reiteradamente propalada pelos adeptos do castilhismo: “Ensine quem quiser, onde quiser e como puder”. Esta concepção pode ser aquilatada na manifestação do deputado federal pelo Rio Grande do Sul, Pedro Moacyr na Câmara Federal em 1895:

A absoluta, a completa liberdade de ensino não é simplesmente uma consequência da doutrina philosophica positiva, verdadeira, grande, na atmosfera da sciencia moderna, é também uma consequência da liberdade moral e intelectual estabelecida pela constituição (Moacyr, s/d, p. 158).

O estado do Rio Grande do Sul conseguiu assentar formalmente em sua primeira constituição republicana um viés positivista de certa forma singular mesmo em termos mundiais. Ademais, é preciso destacar que se cristalizou um núcleo de escol na esfera política e que particularmente na área da educação, tornou-se hegemônico e que se manteve coeso durante todo o período de domínio do PRR, isto é por toda a República Velha, o qual estava alicerçado em uma clara hierarquia de poder, como preceituava a interpretação do positivismo à época e que tinha no ápice desta pirâmide a figura do presidente do estado e logo abaixo a figura do Secretário dos Negócios do Interior e Exterior

É necessário ponderar que estas autoridades tinham o poder discricionário de nomear e exonerar os ocupantes de postos dos aparelhos de estado vinculados a estruturação, regulação e funcionamento do sistema educacional.

Como era de esperar, como preceituava Comte, (Ditadura Republicana) nas esferas de poder no estado do Rio Grande do sul não houve muita alternância nos postos político-administrativos sendo que apenas 3 governadores (Júlio de Castilhos, Carlos Barbosa e Borges de Medeiros) e como secretário de Estado Negócios do Interior e Exterior (secretaria a qual a Inspetoria de Educação estava inserida) destacaram-se João Frederico Abott (1895 até 1905) sendo substituído por Protásio Alves (1906 até 1928), quando Abott assumiu o cargo de deputado federal.

A partir da “pacificação” do estado pós-revolução Federalista de 1893 cuidou Júlio de Castilhos de modelar o sistema de ensino gaúcho às diretrizes ideológicas positivistas. Neste sentido dois momentos são emblemáticos as reformas do ensino de 1897 e a de 1927 esta última representando a consolidação de um processo que foi pautado por muitas reformas neste interregno.

As concepções em relação à educação foram de forma explícita emanadas na quarta e última sessão ordinária da Assembleia Legislativa estadual de 20 de setembro de 1896 quando o presidente eleito Dr. Júlio Prates de Castilhos, lançou as bases da reorganização do ensino:

Sem um professorado mantido com equitativa remuneração, que o habilite a consagrar-se exclusivamente aos árduos e nobres deveres profissionaes, sem um serviço completo de rigorosa e effectiva fiscalização, que cohiba a incúria e o desleixo, sem prédios e accessorios mobiliários, adequados às aulas destinadas à infância não é possível colocar o ensino publico em condições digna da civilização rio-grandense, tão justamente almejada por todos nós” (Directoria, 1935, p. 17)

É evidente o controle do aparelho político de estado em relação ao sistema escolar. Os “intelectuais operadores” do aparelho escolar apresentavam uma submissão explícita às concepções políticas positivistas dominantes mormente sob uma aquiescência mais voltada a uma subordinação obsequiosa do que à assunção consciente e crítica da ideologia dominante.

Um exemplo desta logística de poder pode ser encontrada nas “Diretrizes do Ensino” elaboradas pelo secretário Protásio Alves em 1916, a partir da “constatação” de que o mau desempenho dos candidatos à escola complementar decorreria da “má orientação dada ao ensino na maior parte dos colégios”.

Segundo Protásio Alves:

Abandonando os senhores professores o que temos ministrado já oralmente, já em documentos escritos no sentido de dar o cunho prático, concreto e o mais possível intuitivo, perdem o tempo em métodos abstratos e teóricos, de sorte que o aluno fica embaraçado diante do mais simples problema prático.

...

É preciso que o professor do colégio elementar cinja-se ao programa e tenha bem em vista que não fica em plano inferior dando aos seus alunos educação sólida, abandonando programas mais ou menos suntuários, que roubam o tempo em detrimento do fim utilitário e prático da educação.

Repetindo em linhas gerais a orientação que deve ter o ensino elementar diremos:

No ensino da Língua Materna deve ser objetivo fazer o aluno redigir regularmente um pensamento que lhe transmita, sem preocupações de teorias gramaticais, que serão ministradas pelas aulas superiores. Por meio do exemplo se farão distinguir as diferentes espécies de palavras e as suas funções no discurso... (Alves, Diretrizes do Ensino, 2005, p. 394).

Confirma-se, claramente, nesta manifestação a concepção positivista que privilegia o aspecto pragmático do ensino. Como vimos os positivistas procuraram plasmar com clareza uma postura que se diferenciava daquilo que denominavam de “educação bacharelesca” cujo paradigma, para eles, era a “educação jesuítica”. Havia uma opção claramente associada à sua particular interpretação de educação baseada no “método intuitivo”.

Apreende-se também a ação do agente detentor do aparelho de estado, a Secretaria de Estado dos Negócios do Exterior e Interior em caracterizar, por sua intervenção, qual era a teoria e a prática pedagógica emanada pela sociedade política hegemônica. Note que, em princípio, Protásio Alves não era um estranho no ninho pois já havia ocupado o cargo de Diretor Geral de Instrução Pública em 1906.

As diretrizes do modelo castilhistas de administrar o ensino no estado foi gestado de forma paulatina desde a ascensão do PRR ao poder e terá seu arremate em 1897 com a promulgação do Regulamento de Instrução Pública. Este processo pode ser observado nos itens que em 1895 o Inspetor Geral Manuel Pacheco Prates propôs ao presidente Júlio de Castilhos:

De fato aí se acham lançados os principais fundamentos de uma boa organização do serviço de instrução pública: garantia, responsabilidade e competência profissional do professorado; fiscalização constante, unidade administrativa, laicidade, gratuidade e liberdade de ensino (Relatório, 1895, p. 186).

...

Sou prosélito da liberdade de ensino, máxime em um Estado como o nosso, onde a população é tão pouco densa, que só nas cidades, vilas e povoações se poderia, através de mil dificuldades e violências, torna efetiva a lei de obrigatoriedade... (Relatório, 1895, p. 187).

Entretanto, apesar da assunção da liberdade de ensino o sistema de poder castilhista estabelecia mecanismos de controle e cooptação dos professores. Dentre outros destaca-se a construção de um processo de tutela do estado através da subvenção à remuneração pecuniária pela qual o estado “complementava” o salário de professores tanto da rede privada como da rede municipal de ensino.

No Relatório ao Presidente do Estado, Borges de Medeiros, o Secretário de Estado Protásio Alves assim se pronunciou sobre este mecanismo:

Propondo pela primeira vez esta medida no ano de 1910, assim a fundamentamos: a) dificuldade financeira de criar-se nas colônias o número de aulas necessárias, se elas tiverem de ser providas por professores efetivos; b) dificuldade de conseguir professores habilitados, em regiões afastadas, percebendo pequenos vencimentos;

c) facilidade de obter nas próprias colônias pessoal suficientemente habilitadas a auxiliarem aquela aprendizagem elementar, sem prejuízo de outras ocupações, e contentando-se desde então com um módico subsídio por parte do Estado; d) a consideração de que com essa aprendizagem inicial, qualquer um pode fazer em seguida, por si, a aquisição de outros conhecimentos, e sendo raro ao mesmo tempo, em tais regiões, encontrar-se que deseje receber mais do que essas luzes fundamentais; e) ainda a consideração de que, para auxiliar tal aprendizagem, mais vale a dedicação do professor do que a sua ilustração (Relatório, 1917, p. 386).

Um outro aparelho político administrativo muito caro ao governo Castilhistas em relação ao ensino da leitura e da escrita foi o departamento encarregado de autorizar, e neste sentido legitimar, os textos escolares que poderiam ser utilizados no sistema público de ensino. Pode-se observar que os detentores destes postos se vinculavam umbilicalmente ao Partido Republicano Rio-grandense.

A política voltava-se para o estabelecimento de uma espécie de reserva de mercado tanto comercial como principalmente ideológico. Não restam dúvidas que o período de domínio hegemônico da ideologia positivista no Rio Grande do Sul coincide com o período de expansão e mesmo domínio da produção regional de livros escolares. (Tambara, 2002)

Tal aspecto não significa que no período monárquico já não houvesse o estabelecimento de uma base editorial significativa representada pelo funcionamento de várias tipografias e editoras com expressiva participação no mercado editorial gaúcho. (Tambara, Arriada 2011; Arriada; Nogueira, 2014).

A prática castilhista fortaleceu a participação do estado neste setor tanto quanto estimulou setores aos quais controlava de maneira indireta. A assunção da liberdade profissional e da liberdade de ensino ensejou que se instalasse ou que incrementasse a atuação de uma série de tipografias e editoras que em seu portfólio editorial apresentavam textos didáticos. Estabeleceu-se uma espécie de liberdade tutelada.

Podemos verificar essa realidade, percorrendo os diversos catálogos publicados concomitantemente com a publicação de diversos textos escolares, em muitos casos, consta o catálogo em anexo ao livro, e/ou o mesmo vem nas contracapas dos livros editados. Como exemplo, arrolamos alguns rol dos livros publicados pelas casas editoriais Rodolfo José Machado, Selbach, João Mayer Júnior e Globo, no período de forte hegemonia do Partido Republicano Rio-Grandense.

Em diversos livros da Rodolfo José Machado, caso por exemplo, do *Compêndio de Geografia Elementar* (1903), de João von Frankenberg, consta: *Cartilha Primária pelo Método de João de Deus*, *Segundo Livro de leitura*, curso graduado de letra manuscrita, *História do Brasil*, *Seleção em Prosa e verso de Alfredo Clemente Pinto*, *Gramática portuguesa de Bibiano Francisco de Almeida*, *Manual de filosofia escolar de Joaquim de Salles Torres Homem*, e tantos outros. Por sua vez, na obra *Geografia Elementar de Souza Lobo*, editado pela Selbach & Mayer (s/d), temos: *Cartilha Mestra por Samorim de Andrade*, *Segundo livro de leitura pelo mesmo*, *Primeira Aritmética para meninos de Souza Lobo*, *Leituras escolhidas para as aulas primárias de Alfredo Clemente Pinto*, etc. Temos ainda a Editora Globo (1909): *Lições de Aritmética*, *Gramática primária da língua portuguesa de André Leão Puente*, *Cartilha Manuscrita por Samorim Gustavo de Andrade*, *Geografia do Estado do Rio Grande do Sul pelo DR. Henrique Martins*.

Essa “liberdade tutelada” transparece no nome dos diversos autores, majoritariamente eram membros ou simpatizantes do positivismo. Embora existam alguns nomes vinculados a estrutura eclesiástica, caso emblemático de Alfredo Clemente Pinto, eles foram cooptados pelo governo.

Em um primeiro plano destaca-se a produção de textos prioritariamente para a escola comunitária teuto brasileira<sup>4</sup> representada por empresas como a Rotermund, a Selbach, a Gundlach, e a Tipografia do Centro, entre outras, e que atenderam as milhares de aulas com este perfil no Rio Grande do Sul e que ampliaram sua atuação de forma significativa neste mercado no período da República Velha.

4 Sobre esse tema, leia-se: Kreutz (1991); Rambo (1994).

Para os imigrantes alemães a educação estava ligada a questões familiares, religiosas e culturais. No intuito de preservar a língua e as suas tradições, desde o começo estabeleceram uma rede de escolas comunitárias. Cada comunidade mantinha a sua própria escola, construía o prédio e mantinham um professor com os seus próprios recursos.

O Padre Theodor Amstad, ao escrever *Hundert Jahre Deuschtum in Rio Grande do Sul* (1824/1924), obra posteriormente traduzida por Arthur Rambo, abordou essa questão, vejamos:

De que tipo são afinal essas escolas criadas pelos colonos alemães no decorrer dos cem anos? A respostas encontram-se na própria pergunta. Já que essas escolas foram criadas e sustentadas com os próprios meios pelos colonos alemães, sem o concurso nem da Igreja nem do Estado, elas não são escolas paroquiais ou das igrejas nem escolas do Estado, mas escolas católicas privadas ou comunitárias. Mantê-las como tais, daqui para o futuro, deverá constituir-se numa das preocupações principais da população que as criou e as sustentou. (Amstad, 1999, p. 471).

Em um segundo plano, e não menos importante, há a gênese e consolidação de um parque editorial também neste período com foco nas escolas públicas e privadas localizadas fora do âmbito teuto brasileiro. Como as Editoras Rodolpho José Machado, Livraria Americana, Globo, e a Universal Echenique, entre outras, e que marcarão uma trajetória também com atuação expressiva no setor de textos de leitura e escrita. Muitos autores tiveram repercussão nacional. Um exemplo disso é a produção de textos didáticos elaborados por Hilário Ribeiro, e que terão circulação nacional quando passaram a ser produzidos pela editora Francisco Alves, mas que originariamente foram editados pela Livraria Americana em 1881. De modo que esta gênese permitiu que seus livros continuassem sendo usados no Rio Grande do Sul durante o período de domínio positivista pois identificava-se uma sintonia ideológica nos textos de leitura com as concepções de mundo hegemônicas no Estado. Era crucial receber o “beneplicito” direta ou indiretamente do governo estadual para que um determinado texto escolar obtivesse sucesso editorial.

Nos primeiros anos da hegemonia castilhista observa-se a continuidade da utilização de cartilhas e textos de leitura utilizados no período provincial. Neste sentido destacam-se os trabalhos de João de Deus, Hilário Ribeiro, Alfredo Clemente Pinto. Entretanto, no período de domínio do castilhismo, paulatinamente, novos textos vão sendo incorporados ao almoxarifado de Instrução Pública revelando uma acomodação à nova perspectiva hegemônica. Ocorre, com maior intensidade o processo de produção de textos escolares de cunho eminentemente regional abandonando, ou pelo menos restringido, de forma significativa os textos produzidos no Rio de Janeiro e São Paulo.

Havia um processo de acomodação dos diversos textos e do próprio processo didático pedagógico às diretrizes positivistas hegemônicas de modo a permitir um efetivo controle por parte do aparelho estatal do processo de produção e circulação do conteúdo do material escolar utilizado no sistema de ensino.

Exemplo típico desta situação é a Cartilha Maternal ou Arte de Leitura por João de Deus que originalmente utilizada na edição original passa a ser usada na “versão”<sup>5</sup> de José Carlos Ferreira Gomes:<sup>6</sup> Cartilha maternal ou arte de leitura: methodo João de Deus e o Segundo livro de leitura em continuação da Cartilha Maternal pelo methodo “João de Deus” por um professor. Ambas com grande circulação atingindo várias dezenas de edições.

5 Observe que a ideologia positivista possuía uma interpretação peculiar da questão do direito autoral o que permitiu que as editoras gaúchas pudessem publicar obras que eram praticamente idênticas as já publicadas sem muitas preocupações jurídicas. Assim, apesar das reiteradas manifestações do Inspetor Geral de instrução Manoel Pacheco Prates em relação às “contrafações inconvenientes”, o governo estadual continuou adquirindo as obras para suas escolas.

6 Sobre este processo recomendamos a leitura dos textos de Trindade (2002).

O processo de “paroquialização” foi um mecanismo bastante eficiente no sentido de regionalizar a produção e circulação do texto escolar. O sucesso de tal engenhosidade pode ser comprovada no “Mapa Demonstrativo dos textos escolares recebidos pelo Almojarifado da Instrução Publica e distribuídos às escolas públicas” de 1899, no qual percebe-se que em poucos anos sob a tutela do “castilhismo” o sistema educacional passou a utilizar-se quase que exclusivamente de livros produzidos e elaborados no Rio Grande do Sul. Tal comportamento evidentemente privilegiava autores e editoras que se adequassem às determinações emanadas pelo partido hegemônico- o Partido Republicano Rio-grandense.

**Mapa Demonstrativo dos textos escolares recebidos pelo Almojarifado da Instrução Publica e distribuídos às escolas públicas – RS 1º Semestre/1899**

Título/Autor	Recebido	Distribuído
Cartilha Samorim	18120	8586
2º Livro Hilario	7466	1427
3º Livro Hilario	3452	3452
4º Livro Hilario	1000	1000
Seletas Alfredo Pinto	2600	2375
Cartilhas João de Deus	50	5
Deveres dos Filhos Joao de Deus	25	10
Manuscriptos	8500	5380
Taboadas	8700	8585
1ª Aritmética Souza Lobo	4200	4200
2ª Aritmética Souza Lobo	1270	1025
Corographias Henrique Martins	1000	360
Geographias Souza Lobo	2600	2515
Geographias Henrique Martins	4500	2913
Historia do Brasil Frankenberg	1884	1884
Historia do RGS João Maia	4000	2380
Gramatica Bibiano	3470	2911
Cathecismos Dr. Lacerda	1300	856
Canticos Infantis	100	80
Lições das Coisas Saffray	125	96

Elaborado pelos autores com dados do: RELATÓRIO do Inspector Geral da Instrução Publica Manoel Pacheco Prates Ao Dr. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Anexo H. Porto Alegre 1899

Neste mapa demonstrativo pode-se observar um movimento que vai ser bastante comum na política de texto didático deste período que é a regalia que ocorre em determinado momento em relação a um específico livro e o ostracismo no qual outro é colocado. Assim evidencia-se, por exemplo, a ascensão da recepção dos textos escolares elaborados por Samorim Gustavo de Andrade: Cartilha Mestra e Cartilha Samorim - Recreativa e Instructiva, em detrimento da Cartilha João de Deus que ao final da monarquia e início do República era um dos textos de alfabetização privilegiado ao lado da cartilha de Hilário Ribeiro.

Este movimento vai ocorrer também na década de 1920 quando a cartilha Queres Ler elaborada por Olga Acauan e Branca Diva Pereira de Souza passa a constar como o suporte principal do processo de alfabetização do sistema de ensino gaúcho.

De outro lado, há autores que acompanham praticamente todo o período como detentores das bençãos das autoridades pedagógicas e principalmente políticas do período dominado pelo positivismo como é o caso de Alfredo Clemente Pinto na área de textos de leitura, Souza Lobo na área da matemática, Frankenberg na área da história, Afonso Guerreiro Lima na área de história e geografia entre outros. Todos professores da Escolar Complementar.

Um típico exemplo de trajetória de produtor de textos de leitura escolar e que era adepto do Partido Conservador no período Imperial além de simpatizante de um catolicismo ultramontano mas que vai adentrar nas hostes do PRR é Alfredo Clemente Pinto. Como muitos outros, isto não significou a assunção peremptória da ideologia positivista, mas sim uma adesão conveniente. Como pode-se observar quando eleito deputado constituinte em 1891 e que aprovou a Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul de cunho positivista e que alicerçou a hegemonia Castilhistas.

Clemente Pinto elaborou uma das obras mais importantes em termos de texto de leitura : A Seleta em Prosa e Verso publicada em 1884 e que terá mais de meia centena de edições. Isto aconteceu, sem dúvida, porque houve a chancela do aparelho ideológico positivista. Publicou também *Leituras Escolhidas* 1ª Série e 2ª Série, para as aulas primárias, com cinco edições entre 1899 e 1920, a 3ª Série, com 44 edições até 1922, e a 4ª Série, com 7 edições até 1922 entre outras obras didáticas. Foi diretor da escola complementar por mais de duas décadas.

Note que a migração para as hostes castilhistas tinha a capacidade de obliterar toda e qualquer mácula do comportamento passado. Há a transformação em um “novo homem”. Como também a deserção acarretava a maldição como ocorreu, por exemplo, com Assis Brasil, João Francisco e Demétrio Ribeiro.

Um outro padrão, até mais emblemático, da inserção no esquema dominante é o da Olga Acauan que, de certa forma, foi moldada desde criança no interior deste amálgama para o papel de intelectual obreira.

Assim, em 1913 Olga Acauan fazia parte do grupo de meninas<sup>7</sup> selecionado para frequentarem cursos em Montevideu. Viajaram sob a tutela de Alfredo Clemente Pinto e tiveram os custos em parte cobertos pelo governo estadual. Matricularam-se na Escola Normal as 3 primeiras, por conta do governo uruguaio, sendo as outras admitidas para praticar no curso de Aplicação, ouvindo, algumas cadeiras da Escola por conta do governo brasileiro. A cada uma mandou-se abonar, mensalmente, 300\$000 réis em moeda brasileira. (Almanak, 1935:24)

No extenso relatório desta viagem há a conclusão de que o modelo adotado pelo governo estadual gaúcho em muitos aspectos, particularmente, em relação à alfabetização não tinha a dever em relação ao sistema uruguaio, e que em muitos aspectos era superior.

Em 1924 Olga Acauan e Branca Diva Pereira de Souza publicam a cartilha “Queres Ler”<sup>8</sup> que vai se tornar por décadas, o texto para alfabetização mais utilizado, particularmente nas escolas públicas, no Rio Grande do Sul. O livro é uma versão pouco modificada do livro “Quieres Ler, do autor uruguaio José Henrique Figueira.

A trajetória destas autoras denota o comportamento positivista de cooptação ideológica. De modo que desde a formação pedagógica até a atuação profissional constituíram-se em pessoas de confiança da sociedade política.

7 Seguiram nesta “missão” à Montevideu as alunas mestras Carolina Cunha, Idalina Mariante Pinto, Olga Acauan, Marina Cunha, Maria José e Souza e Branca Diva Pereira.

8 Para mais informações sobre a produção e circulação desta cartilha veja: Peres, 1999 ; Michel, et alli 2020

A dificuldade em obter o beneplácito do conselho de instrução escolar como obra aprovada era frequentemente motivo de reclamação por autores como foram, por exemplo, os casos de João Simões Lopes Neto<sup>9</sup> e Richard Heuer o primeiro por não obter a aprovação de sua obra “Artinha” e o segundo por ter sua coletânea de cartilhas e livros de leitura que obtinha sucesso nas escolas comunitárias de zonas de colonização desconsiderada pela conselho para utilização no sistema público de ensino.

Evidentemente os mecanismos de controle da estrutura castilhistas não eram inexpugnáveis. De modo que, embora de maneira bastante secundária, vários textos que fugiam do padrão acima apresentado foram utilizados, mormente no sistema particular de ensino, como foram os casos dos textos escolares: de Abílio Borges; Thomaz Galhardo; Antônio Fermino Proença; Ramon Roca Dordal; Arnaldo Barreto; Maria Guilhermina; Felisberto de Carvalho; João Kopke; Teodoro de Moraes; Mariano de Oliveira, entre outros.

Deve-se ressaltar que inquestionavelmente um dos elementos que propiciaram a consolidação do sistema de ensino e principalmente a estruturação de um sistema empresarial na área de edição de textos didáticos destinados a atender à demanda as escolas comunitárias foi a assunção pelo governo do estado da ideologia positivista em relação à educação consubstanciada na ideia da liberdade profissional e mormente no exercício prático da liberdade de ensino.

Na prática a estrutura de ensino do governo do estado sentia-se confortável por não ter a necessidade de assumir esta função, que sob certa forma, implicava despesas orçamentárias que ele tinha dificuldade ou desinteresse em abraçar.

De modo que, fruto de vários fatores houve impressionante incremento no processo de produção de textos e que propiciaram um dos mais altos índices de alfabetização na nação. Este movimento, como visto acima, já havia iniciado no período monárquico, mas inequivocamente obteve seu ápice no período republicano sob os auspícios da ideologia positivista.

Assim, os trabalhos destinados à alfabetização e livros iniciais de leitura elaborados por uma plêiade de autores e instituições puderam ser editados, reeditados e distribuídos em todo o país.

Ademais, a liberdade de ensino propiciou também a constituição de uma fenomenal estrutura para atender as comunidades teuto-brasileiras. Destacaram-se neste processo autores como: Wilhelm Rotermund (Fiber fur deutsche schulen in brasilien A; Fiber fur deutsche schulen in brasilien B; Livro de Leitura para escolas allemans no Brasil; Meine Bunte Fibel); Richard Heuer (Deutsche Sprachschule Deutsche Sprachschule in vier Seften, Cartilha moderna 1º ano; Cartilha moderna 2º ano; Caligrafia Vertical); Henrique Meyer & Henrique Nack; (Fibel fur Deutsche Schulen in Brasilien); João Mayer Jr. (Leitura escolar alemã com discussão dialogada); Mathaeus Grimm, P. Bürger (Deutscher Lesebuch für Brasileien für das 1. Und 2); Rudi Shäfer (Cartilha Phonetica para os alunos teuto-brasileiros). Entre outros.

E instituições como: Deutschbrasilianisch- katholischer Lehrerverein von RS (Leselust. Neue Fibel fur Deutsche Schulen in Brasilien); S.T. Professoras do Colégio São José em São Leopoldo (O meu segundo Livro. Grammatica allemã ou livro de exercícios para aprender a língua allemã 1º Curso); Deutscher Evangelischer Lehrerverein von RS (Mein Kleines Lesebuch für das 2). Editora Selbach (Cursos de Graduação de Letra Manuscrita composta para o uso da mocidade brasileira; Cartilha maternal ou Arte de Leitura), entre outras.<sup>10</sup>

9 A ata de 25/07/1908 do Conselho em que o trabalho foi recusado registra o veredicto assinado por Protásio Alves, Álvaro Batista e Manuel Pacheco Prates todos membros do staff político hegemônico à época.

10 Esta relação tanto de autores como de instituições não é exaustiva. Para maiores informações consultar: Kreutz; 1994.

É necessário ponderar que o processo de colonização teuto-brasileiro no Rio Grande do sul apresentou peculiaridades muito específicas e que não contemplaram as outras etnias. No caso dos ítalo-brasileiros, por exemplo, etnia com maior quantidade de emigrantes este processo foi muito tímido, quiçá nulo.

Houve eventuais traduções de obras italianas de cunho didático no Rio Grande do Sul, mas com pouca repercussão no sistema de ensino. No CEIHE estão salvaguardadas, por exemplo, as edições de *Coração*, de *Amicis*, editadas em Pelotas pela Editora Universal, e de *Mundo Infantil*, de Romagnoli e Albertoni, publicadas em Porto Alegre pela Editora Souza & Barros. Em verdade, ao publicarem essas obras em português, os editores visavam o mercado do texto escolar como um todo, e não especificamente o das escolas ítalo-brasileiras (Tambara; Arriada, 2024:08).

Um aspecto importante a destacar-se é que o grupo hegemônico procurou atuar nas séries iniciais com textos de leitura com explícita intenção de induzir as crianças a internalizarem uma concepção de sociedade explicitamente consentânea com a ideologia positivista como foram os casos, por exemplo: de “Catecismo Constitucional ensino cívico” de autoria de Francisco D’Almeida e “Culto Cívico” de João Roque Moreira Gomes. Observe que este último assumiu vários cargos na estrutura educacional gaúcha. De modo particular sendo nomeado inspetor escolar e diretor de escolas constituindo-se em elemento de confiança do staff castilhistas deste período. Esse livro atingiu 12 edições até 1930.

No mesmo diapasão não se pode descurar como livro de leitura a utilização em sala de aula dos catecismos de caráter confessional. Com certeza na importante rede de ensino particular, embora não somente nela, os catecismos consistiram um suporte significativo em relação à aquisição e principalmente à solidificação do processo de leitura. É importante que em função da liberdade de ensino e de consciência havia importante contenda particularmente entre as redes católica de ensino e a luterana e, em relação a esta última, sub-repticiamente, a disputa entre o Sínodo de Missouri e Sínodo Rio-Grandense.

A importância da leitura destes textos era evidenciada por sua imprescindibilidade para a feita do rito de passagem da primeira comunhão para os católicos e para os luteranos do rito de Confirmação.

De modo que, por exemplo, textos como catecismo de doutrina cristã editados (ou com o beneplácito) pela diocese de Porto Alegre tiveram inúmeras edições neste período, tanto como o Catecismo Menor de Martin Lutero editado pela Editora Rotermond.

O que se observa é que o política educacional do governo castilhistas não era estabelecer propriamente diretrizes de caráter pedagógico. Embora o fizesse como foi a reafirmação da utilização do “método intuitivo” no regulamento de 1897.

Quer nos colégios distritais, quer nas escolas elementares será constantemente empregado o método intuitivo, servindo o livro apenas de auxiliar, de acordo com programa minimamente desenvolvido (Decreto n. 89, 1897, p. 164).

Deste modo, de forma sutil o decreto n. 89 de 1897, consubstanciava que o método de ensino seria o intuitivo, e o livro seu auxiliar. O que acabava impondo quais livros seriam admitidos.

Em seu Art. 1º determinava: “o ensino primário, livre, leigo e gratuito, será ministrado pelo Estado em colégios distritais e tantas escolas elementares quantas forem necessárias” (Decreto, 1897). Dentro dessa nova ordem, foram criados os Conselhos Escolares, e entre diversas prerrogativas conforme o art. 28, era “aprovar livros e qualquer trabalho concernente ao ensino primário”.

## Considerações finais

É inequívoco que o período de domínio do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense) com explícita orientação positivista plasmada na constituição estadual de 1891, construiu uma estrutura ideológica com forte capacidade de criar mecanismos de adesão e de controle social.

No que cabe ao campo do sistema educacional e também em outros campos a estratégia restringiu-se fundamentalmente em dominar o aparelho de estado em seus artefatos políticos.

A partir desta centralidade estabeleceu-se os tentáculos que estabeleciam os controles sociais imprescindíveis para a construção de cosmovisões relativamente consensuais utilizando-se tanto da violência simbólica como da violência física.

Com o advento da República, e no caso do Rio Grande do Sul, com uma explícita assunção da liberdade de ensino mas também com uma rígida atuação do aparelho de Estado no controle da produção editorial via principalmente aprovação do Conselho de instrução pública, e posteriormente via aquisição das obras pelo estado para atender as escolas públicas.

Uma das inferências deste estudo é que elites políticas cumprem uma determinada função e são um fato social não antagônico a democracia, mas, pelo contrário, garantindo que a consciência coletiva ganhe coesão, representando demandas da sociedade civil que, ao se transformar, estabelece uma rotatividade das elites no poder.

A política educacional pelo governo estadual em todo o período castilhistas, foi de, na medida do possível, apenas supervisionar a atuação dos diversos agentes interessados em agir nesta área, procurando afastar-se ao máximo da intervenção direta. Esta supervisão tinha como principal característica a subvenção à atuação de municipalidades e de particulares em áreas consideradas prioritárias pelo Governo.

Outro aspecto que pode ser salientado na organização do ensino, foi, dentro do possível, agregar as rotinas escolares um caráter prático, voltado a aprendizagem técnica, tão ao gosto dos positivistas. Aspecto que foi estabelecido no Decreto de 1904: “nas escolas rurais do sexo masculino, o ensino de Lições das Coisas, será nas duas últimas classes substituído pelo de Agricultura Prática, de acordo com o respectivo programa”.

Contudo um aspecto que precisa ficar muito claro é que apesar de importantes, os elementos superestruturais não são determinantes, ao contrário subordinam-se a interesses que lhes escapam ao controle. Isto pode ser apreendido facilmente em todas as ideologias que embora pretendam ter uma visão de totalidade não são capazes de fazer valer suas concepções de mundo e, frequentemente, são utilizadas apenas como elementos legitimadores de situação pré-existentes.

## Referências

ALMANACK Escolar do Estado do Rio Grande do Sul. DIRECTORIA Geral de Instrução Publica. Porto Alegre, Selbach, 1935.

ALVES, Protásio. Diretrizes do Ensino, In: CAMPOS, Maria do Carmo D'AZEVEDO, Martha Geralda Alves. Protasio Alves e o seu Tempo. Porto Alegre, Já Editora, 2005.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos ideológicos do Estado. Lisboa: Editorial Presença, 1970.

AMSTAD, Theodor. Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul (1824/19124). São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999.

ARRIADA, Eduardo; NOGUEIRA, Gabriela Medeiros (2014). Produção, circulação e uso de textos escolares e livros de leitura na escola elementar gaúcha (1832-1930). In *Anais Historia de la Educación* (p. 168-187). Buenos Aires, AR: Sociedad Argentina de Historia de la Educación.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009.

CARVALHO, João Simplício Alves de, FELIZARDO JÚNIOR, Joaquim José, SANTOS, João Luís Faria. Carta-circular dirigida a todos os republicanos rio-grandenses - 24/02/1900. Porto Alegre: Igreja Positivista do Brasil, 1900.

DECRETO n. 89 de 02 de Fevereiro de 1897. In Leis, decretos e Actos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Of. Typ. Echenique, 1897.

DURKHEIM, Emile. Sociologia. São Paulo: Editora Ática, 2006.

ENSINO methodico de instrução pública. Pareceres e opinião da imprensa do Rio Grande do Sul sobre as obras de Hilário Ribeiro. Pelotas: Typ. da Livraria Americana, 1882.

FRANCO, Sérgio da Costa. Júlio de Castilhos e sua época. 2ª ed. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 1988.

GRAMSCI, Antônio. Maquiavel, a política e o estado moderno. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

\_\_\_\_\_. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

KREUTZ, Lúcio. Magistério e Imigração Alemã. Porto Alegre: UFRGS; Florianópolis: UFSC, 1991.

\_\_\_\_\_. Material didático e Currículo na Escola Teuto-Brasileira. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1994.

LAGUARRIGUE, Jorge. A Ditadura Republicana. Porto Alegre, Parobé, 1957.

LOVE, Joseph. O Regionalismo gaúcho. Rio de Janeiro: Editora Perspectiva, 1975.

MICHEL, Caroline Braga; PERES, Eliane; SILVEIRA, Alessandra Amaral da (2020). As cartilhas ¿Quieres Leer? e Queres Ler?: recorrências e diferenças nas notas de orientações aos professores / The primers ¿Quieres Leer? and Queres Ler?: recurrences and differences in notes of guidance to teachers. *Educação Em Foco*, 20(32), 145–165. <https://doi.org/10.24934/eef.v20i32.1306>

MOACYR, Pedro. Documentos Parlamentares. Rio de Janeiro. Câmara Federal, V. 8, s/d.

PERES, Eliane. A produção e o uso de livros de leitura no Rio Grande do Sul: Queres Ler? e Quero Ler. História da Educação, Pelotas, RS, v. 3, n. 6, p. 89-103, out. 1999. ISSN 2236-3459. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30260>.

POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. São Paulo: Brasiliense, 1977.

RAMBO, Arthur Blásio. A Escola Comunitária teuto-brasileira católica. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1994.

RELATÓRIO do Inspector Geral da Instrução Publica Manoel Pacheco Prates Ao Dr. Secretario de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Anexo H. Porto Alegre 1899.

RELATÓRIO apresentado ao Sr. Dr. Júlio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre, Livraria Americana, 1895.

RELATÓRIO ao Presidente do Estado Borges de Medeiros, pelo Secretário de Estado Protásio Alves. Porto Alegre, Globo, 1917.

SALES, Alberto. Catecismo republicano. São Paulo. Leroy King Boodwalter, 1885.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo. Sociedade Partenon Literário: literatura e política na Porto Alegre do século XIX. Curitiba: Prismas, 2016.

TAMBARA, Elomar; ARRIADA, Eduardo. Editoras e tipografias no RS: publicação e circulação de livros didáticos. Anais VI CBHE, Vitória/ES, 2011, p. 1-18.

TAMBARA, Elomar. Trajetórias e natureza do livro didático nas escolas de ensino primário no século 19 no Brasil. Revista História da Educação, Pelotas, v. 6, n. 11, p. 25-52, 2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30597>.

TRINDADE, I. M. F. (2002). A adoção da cartilha maternal na instrução pública gaúcha. *História da Educação*, 06 (12), 67-86.

Recebido em: 18/09/2025

Aceito em: 15/04/2026